

# DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E A SUA RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO ECONÔMICO

ALEX LEONARDI<sup>1</sup>  
DANIEL ARRUDA CORONEL<sup>2</sup>  
ADAYR DA SILVA ILHA ILHA<sup>3</sup>

## Resumo:

Este trabalho visou analisar a relação existente entre o desenvolvimento social e o crescimento econômico dos países latino-americanos, na evolução da década de 1990. Objetivamente, buscou-se identificar, nos países latino-americanos que apresentaram melhores indicadores sociais, reflexos sobre o crescimento do PIB *per capita*, além do tipo de correlação existente entre esse crescimento e cada uma das variáveis da saúde, da educação, da pobreza, do emprego e da renda analisadas. Neste estudo, utilizou-se o método de agrupamento de variáveis chamado de “Análise Fatorial”, onde foram conhecidos, principalmente, os sinais e quais apresentam maior correlação, através da formação de grupos de variáveis. Os resultados indicaram a formação de três grupos de países, destacando-se, na classificação, o Uruguai, a Costa Rica, o Chile e a Argentina, pelos bons níveis de gasto social público, pelos indicadores de desenvolvimento social e pelo seu PIB *per capita*, formando um primeiro grupo; outro grupo é formado pela maioria dos países, incluindo Brasil e México, que, mesmo estando entre os que têm maior PIB *per capita*, entre as outras variáveis, distribuem de forma variada seus

avanços; e um terceiro grupo de países, os quais se destacam pelos baixos níveis de PIB *per capita*, desenvolvimento social e gastos sociais públicos, onde estão Honduras, Nicarágua, Bolívia e Guatemala.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento social; Crescimento econômico; América Latina

## Abstract:

This study aimed to analyze the relationship between social development and economic growth of Latin American countries, in the progress of the 1990s. It was tried to identify, in Latin American countries that had better social indicators, results of the GDP per capita growth, and the correlation between this growth and each of the variables of health, education, poverty, employment and income analysis. In this study, it was used the method of grouping variable called “factor analysis”, and it was known the

signs and which ones have the highest correlation, through the formation of groups of variables. The results indicated the formation of three groups of countries specially Uruguay, Costa Rica, Chile and Argentina, because the good levels of public social spending, indicators of social development and their GDP per capita forming the first group. Another group is formed by most of the countries, including Brazil and Mexico, which, even among those with higher GDP per capita, and other variables, distribute their advances in different ways. And a third group of countries, which are highlighted by low levels of GDP per capita, social development and public social spending are Honduras, Nicaragua, Bolivia and Guatemala.

**Key-Words:** Social Development; Economic Growth; Latin America

**Jel :** O16; C15

- 1 Doutorando em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Integração Econômica pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista de Doutorado da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: alleo123@hotmail.com
- 2 Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: daniel.coronel@ufv.br
- 3 Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSM. E-mail: adayrsmail@gmail.com

## Introdução

A América Latina, com uma população de cerca de 500 milhões de habitantes, apresenta vasta diversidade cultural, física e econômica e em sua composição étnica, depois de percorrer o período entre seu descobrimento e a atualidade, passando por momentos prósperos e outros de crise. Em algumas situações, alguns países tiveram políticas econômicas semelhantes (caso da industrialização pelo Modelo de Substituição de Importações), chegando ao século XXI com enormes diferenças tanto no âmbito social como econômico.

Nos últimos anos, particularmente na década de 1990, ocorreram mudanças na estrutura econômica e social da América Latina como consequência das políticas de ajuste macroeconômicas adotadas, principalmente no sentido de controlar os altos índices de inflação e se adaptar a um modelo globalizado de comércio, tentando se integrar à ordem econômica internacional e impulsionar o crescimento assim como, com investimentos, procurando melhorar as condições sociais, as quais apresentaram visíveis variações nas taxas de emprego, pobreza, educação, saúde e renda, entre outros indicadores do desenvolvimento e também do crescimento econômico.

De acordo com Fleury (1995), a experiência histórica da América Latina neste século fundamenta a tese segundo a qual o crescimento econômico, embora condição necessária no combate à pobreza e na redução das iniquidades, não é suficiente e só alcança maior efetividade quando se faz acompanhar de uma melhoria na distribuição da renda. Ainda neste contexto, de acordo com o autor citado, uma segunda tese pode ser também confirmada por essa experiência, a qual está na autonomia relativa do nível e do ritmo de expansão do produto, onde o gasto social também pode contribuir para a diminuição da pobreza, bem como uma manutenção da melhoria

dos indicadores sociais, tornando mais acessíveis à população um conjunto de serviços básicos, certas tecnologias (como vacinas e a reidratação oral) e conhecimentos (por exemplo, a higiene e a importância do aleitamento materno), reduzindo os efeitos da desigual distribuição da renda sobre os indicadores sociais.

Para Lemos e Jiménez (1999), o crescimento econômico, sendo condição necessária para o desenvolvimento humano, tem evidências mostrando que a melhora dos indicadores sociais como a redução da pobreza, menores taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo entre outras, aumentam as possibilidades de crescimento. E, na combinação dos fatores, desenvolvimento humano e crescimento econômico, não se tem uma incompatibilidade, mas uma necessidade e um anseio das sociedades, devendo esse fato ser considerado nos indicadores de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo com aspectos quantitativos e qualitativos de determinado modelo ou estratégia de desenvolvimento.

Ao questionar se ações sociais representam um gasto ou investimento para o país, Fontes (2001) afirma que, dependendo da resposta, elas podem se tornar um mero ônus para a sociedade, que é conhecido entre os economistas tradicionais como um instrumento de “recompensa aos perdedores”, ou podem significar a própria via para o desenvolvimento sustentável. É por isso necessária uma análise profunda sobre essa questão, suplantando impulsos ideológicos e fundamentada em bases empíricas de verificação do seu impacto para o crescimento econômico e diminuição das desigualdades sociais, para examinar a capacidade das atividades sociais de gerar riqueza.

A partir disso, o presente trabalho tem como problema de pesquisa verificar se os indicadores de desenvolvimento social dos países latino-americanos, em 1990 e 2000,

apontaram para o aumento do crescimento econômico, considerando que esse crescimento seja condição necessária para o desenvolvimento por meio da geração de emprego e renda, através do aquecimento da economia e do gasto social público, entre outros, onde se tem uma necessidade e um desejo nas diversas sociedades, objetivando o bem-estar social. Isso porque é imperativa a erradicação da miséria, a minimização da pobreza, a melhora dos níveis de escolaridade, o saneamento básico, a prevenção de doenças, para que sejam alcançadas as condições materiais que permitam levar uma vida digna, apesar das evidências apontarem na direção de que o crescimento econômico das últimas décadas não somente deixou de amenizar o problema dos menos favorecidos economicamente, como, em muitos casos, aumentou a concentração da renda.

Assim, tem-se como objetivo geral identificar a relação entre os indicadores do desenvolvimento social e do crescimento econômico, ou seja, se os países latino-americanos que apresentaram melhores indicadores sociais, na década de 1990, e melhoraram seu PIB *per capita*. Objetiva-se, ainda, de forma específica, verificar o tipo de correlação que existe entre cada uma das variáveis estudadas e o crescimento econômico nos países analisados; identificar quais os que mais e menos avançaram, na evolução do período, em relação às variáveis que representam o desenvolvimento social; e identificar, entre os países que mostram maior variação do PIB *per capita*, quais as variáveis sociais que mais se destacam pelos seus melhores indicadores.

Para que esses objetivos fossem alcançados, foi utilizada a metodologia de “Análise Fatorial”, método de agrupamento de variáveis onde foram conhecidos, principalmente, os sinais e quais deles apresentam maior correlação, através da formação de grupos de variáveis. Posteriormente, foi feita uma

análise descritiva, onde se verificaram as variações dos indicadores no período estudado.

Seguindo esta temática, o trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, expõem-se o referencial teórico; na seção três, são apresentados os procedimentos analíticos e a fonte de dados; na quarta, os resultados obtidos são analisados e discutidos e, finalmente, são apresentadas algumas considerações sobre o trabalho.

## Desenvolvimento Social

De maneira geral, entende-se desenvolvimento por melhoras quantitativas e qualitativas, e essa última implica, principalmente, na dificuldade de ser medida e, dessa forma, estudada.

Castro Júnior (2004) define desenvolvimento como “a combinação das mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e por longo tempo, seu produto real global”.

Partindo para o conceito de desenvolvimento social, Castro Júnior (2004) diz que quem melhor se adapta a partir do conceito de desenvolvimento é Batista Jr. (1997), que se baseia na democracia, na justiça social e na autonomia nacional, afirmando que: “Primeiro, o desenvolvimento não pode ser só econômico, ele tem que ser social e político ao mesmo tempo. Isso é trivial, mas na América Latina a dimensão social e política do desenvolvimento foram relegadas a um segundo plano”. Pois, segundo ele, um conceito completo de desenvolvimento teria que incluir crescimento, democracia, justiça social e autonomia nacional, dos quais os dois últimos são muito ligados, porque um país que é muito desigual internamente não tem condições de fazer frente às pressões internacionais.

Pode-se definir desenvolvimento social como a melhoria dos indicadores das condições mais gerais da existência humana, entre as

quais dignidade, saúde, trabalho, educação e habitação, ressaltando que devem ser de forma sustentável, pois somente a criação de ambientes institucionais e macroeconômicos favoráveis a tais mudanças, por si só, não basta, sendo a distribuição da renda imprescindível (CASTO JÚNIOR., 2004).

Partindo para as evidências na América Latina, Fleury (1995) é de opinião que os indicadores de desenvolvimento social ainda são muito preocupantes, pois ainda se constata uma enorme quantidade de latino-americanos que não dispõem de recursos suficientes para alimentar-se de forma adequada, situação agravada pela recessão e também pelas medidas de ajuste estrutural da economia que levaram à redução do nível de emprego e das remunerações. No entanto, as tendências positivas de longo prazo continuaram apenas diminuindo o ritmo das melhorias que se refletem em indicadores sociais, tanto na cobertura do sistema educacional, no acesso à água e esgoto, como na redução das taxas de mortalidade infantil e no aumento da esperança de vida ao nascer. Além disso, o autor afirma ainda que é necessário ter em conta as profundas transformações econômicas e sociais que a região vem atravessando nas últimas décadas, com um intenso processo de urbanização e migração, redução das taxas de fecundidade, alterações da estrutura etária com o aumento do número de idosos compensando a redução da população infantil.

O estudo de determinantes e da relação entre o desenvolvimento social e o crescimento econômico da América Latina, na década de 1990, faz-se através de uma análise dos dados referentes à situação em 1990 e 2000, das variáveis sociais como saúde, educação, emprego, pobreza e renda, e a variável crescimento econômico, que é medida pelo PIB

*per capita*, dadas as enormes diferenças populacionais nesses países, e pela menor variação em termos de medida de crescimento econômico.

## Referencial analítico: o modelo de análise fatorial

A técnica estatística multivariada denominada de análise fatorial permite, de maneira funcional, explicar as relações mais importantes entre as variáveis e interpretar as relações que surgem, especificamente, em cada fator.

Para a caracterização de uma realidade específica, podem-se agrupar as variáveis que estão mais diretamente correlacionadas. A técnica de agrupamento de variáveis é conhecida como análise fatorial, enquanto a técnica de agrupamento de objetos ou indivíduos é conhecida como análise de agrupamento. Dessa forma, a análise fatorial expressa o comportamento de um número relativamente grande de variáveis selecionadas em termos de um número relativamente pequeno de variáveis latentes, ou fatores. Essas variáveis, em termos econômicos, estão de alguma maneira correlacionadas.

Segundo Gontijo e Aguirre (1988), pode-se destacar três objetivos da análise fatorial: i) obter o menor número de variáveis a partir do material original e reproduzir toda a informação de forma resumida; ii) obter os fatores que reproduzam um padrão separado de relações entre as variáveis<sup>3</sup>; iii) interpretar de forma lógica o padrão de relações entre as variáveis, o qual é utilizado para esse caso. Pressupõe-se ainda, da análise fatorial, que existem certos fatores causais gerais que originam as correlações observadas entre as variáveis. Assim, considerando que muitas relações entre as variáveis são, provavelmente, devidas aos mesmos fatores causais gerais, o número de fatores tenderá a ser menor que o número de variáveis.

<sup>4</sup> O fator é gerado por meio de transformações lineares das variáveis em estudo.

“  
*Para interpretação do resultado obtido, valores próximos de 1,0 indicam que o método de análise fatorial é perfeitamente adequado para o tratamento dos dados, por outro lado, valores menores que 0,5 indicam a inadequação do método.*  
 ”

Os testes Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Esfericidade de Bartlett indicam qual é o grau de suscetibilidade ou o ajuste dos dados à análise fatorial, isto é, qual é o nível de confiança que se pode esperar dos dados quando do seu tratamento pelo método multivariado de análise fatorial seja empregado com sucesso<sup>5</sup>.

O KMO apresenta valores normalizados (entre 0 e 1,0) e mostra qual é a proporção da variância que as variáveis apresentam em comum ou a proporção desta que são devidas a fatores comuns. Para interpretação do resultado obtido, valores próximos de 1,0 indicam que o método de análise fatorial é perfeitamente adequado para o tratamento dos dados, por outro lado, valores menores que 0,5 indicam a inadequação do método.

O segundo teste, o de Esfericidade de Bartlett, é baseado na distribuição estatística de “qui quadrado” e testa a hipótese de que a matriz de correlação é uma matriz identidade (cuja diagonal é 1,0 e to-

das as outras as outras iguais a zero), isto é, que não há correlação entre as variáveis. Valores de significância maiores que 0,100 indicam que os dados não são adequados para o tratamento com o método em questão e que a hipótese nula não pode ser rejeitada. Já valores menores que o indicado permitem rejeitar a hipótese nula.

Como resultado da aplicação dessa análise, tem-se o agrupamento das variáveis analisadas, tanto para o ano de 1990 como para 2000, em grupos de fatores que apresentarem maior correlação. Também, outro resultado é apresentado para o conjunto de todas essas variáveis, o sinal e a amplitude dessa correlação.

#### **A construção da base de dados e as suas fontes**

Com a finalidade de analisar a relação entre variáveis ligadas ao desenvolvimento social e suas relações com o crescimento econômico

da América Latina, decidiu-se por se utilizar os seguintes índices: taxa anual média de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos); expectativa de vida (em anos); taxa anual média de natalidade (por 1000 habitantes); alfabetismo (população alfabetizada com mais de 15 anos); anos de escolaridade (média adulta total); taxa anual média de desemprego urbano; pobreza (percentual da população total); participação na renda dos 40% mais pobres; participação na renda dos 10% mais ricos e produto interno bruto por habitante (preços constantes de mercado de 1995), a qual serve como medida do crescimento econômico nos anos de 1990 e 2000.

Foram utilizadas somente variáveis relativas ou médias devido à grande diferença dos países em termos de tamanho, população e condições socioeconômicas, o que tornaria os indicadores demasiadamente díspares.

**Tabela 1 - Países selecionados e suas populações, 1990 – 2000**

América Latina	Sigla	População Total (mil habitantes)	
		1990	2000
Argentina	ARG	32.527	37.032
Bolívia	BOL	6.669	8.428
Brasil	BRA	148.030	170.693
Chile	CHI	13.100	15.211
Colômbia	COL	34.970	42.321
Costa Rica	COR	3.076	3.925
Equador	EQU	10.264	12.646
El Salvador	ELS	5.110	6.276
Guatemala	GUA	8.749	11.385
Honduras	HON	4.879	6.485
México	MEX	83.226	98.881
Nicarágua	NIC	3.824	5.071
Panamá	PAN	2.411	2.948
Paraguai	PAR	4.219	5.496
Peru	PER	21.753	25.939
República Dominicana	RED	7.066	8.396
Uruguai	URU	3.106	3.337
Venezuela	VEN	19.502	24.170

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados da CEPAL.

<sup>5</sup> Para maiores detalhes ver Hair *et al* (1998).

Variáveis	Descrição
MTI	Taxa Anual Média de Mortalidade Infantil (% por 1000 nascidos vivos)
EXV	Expectativa de Vida (em anos)
NAT	Taxa Anual Média de Natalidade (% por 1000 habitantes)
ALF	Alfabetismo (% população com mais de 15 anos)
AES	Anos de Escolaridade Média Adulta Total (em anos)
DSU	Taxa Anual Média de Desemprego Urbano (% população total)
POB	Pobreza (% população total)
YPP	Participação na renda dos 40% mais pobres (*) (% população total)
YPR	Participação na renda dos 10% mais ricos (*) (% população total)
PIB	Produto Interno Bruto por Habitante em Dólares (preços constantes de mercado de 1995)

**Figura 1 – Abreviaturas das variáveis que fazem parte da análise**

Fonte: Organizado pelos autores

(\*) Por não existirem dados anteriores sobre a participação na renda (YPP e YPR) da República Dominicana foram, usados dados de 2000 para o ano de 1990 e 2002 para o ano de 2000.

Nos registros constantes da Tabela I observa-se que não foram representados Cuba e Haiti pelas dificuldades de se encontrar os dados necessários

Para facilitar a utilização das variáveis em tabelas e para a própria análise pela metodologia antes descrita, foram utilizadas abreviaturas, conforme Figura 1.

Os dados referentes às variáveis escolhidas foram coletados nas seguintes fontes: Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Banco Mundial, Base de Estatísticas e Indicadores Sociais (BADEINSO), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas (ONU).

As Tabelas 2 e 3 apresentam os dados encontrados e analisados, relativos às variáveis e aos países nos anos de 1990 e 2000, respectivamente.

**Tabela 2 – Dados dos países da América Latina, 1990**

PAÍSES	MTI	EXV	NAT	ALF	AES	DSU	POB	YPP	YPR	PIB
ARG	25	72,1	20,8	95,7	8,1	7,4	28,5	14,9	34,8	5544,60
BOL	87	60,0	35,8	78,1	5,0	7,3	64,2	12,1	38,2	833,30
BRA	50	66,4	22,2	82,0	4,0	4,3	48,0	9,5	43,9	3859,40
CHI	18	74,4	21,8	94,0	7,0	7,8	38,6	13,2	40,7	3777,60
COL	29	68,6	27,0	88,4	4,7	10,5	56,1	10,0	41,8	2161,60
COR	14	76,2	24,7	93,9	5,6	5,4	26,2	16,7	25,6	2985,70
EQU	43	68,8	28,3	87,6	5,9	6,1	62,1	17,1	30,5	1471,50
ELS	46	67,1	29,6	72,4	4,3	10,0	60,2	15,4	32,9	1405,80
GUA	60	62,6	38,6	61,0	3,0	6,3	69,1	11,8	40,6	1353,40
HON	47	67,7	37,1	68,1	4,2	7,8	80,5	10,1	43,1	685,70
MEX	37	71,5	27,0	87,3	6,7	2,7	47,8	15,8	36,6	4048,30
NIC	52	66,1	38,0	62,7	3,7	7,6	77,6	10,4	38,4	454,30
PAN	27	72,9	25,1	89,0	8,1	20,0	45,7	13,3	34,2	2525,70
PAR	30	68,5	34,1	90,3	6,1	6,6	63,0	18,6	28,9	1696,80
PER	58	66,7	29,2	85,5	6,2	8,3	56,0	13,4	33,3	1879,00
RED	53	67,0	27,0	79,4	4,4	19,6	41,3	11,4	38,8	1378,30
URU	20	73,0	18,2	96,5	7,1	8,5	17,8	20,1	31,2	4706,50
VEN	23	71,8	27,4	88,9	5,0	10,4	40,0	16,7	28,7	3029,70

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados da ALADI, WORLD BANK, CEPAL (BADEINSO), UNESCO (ONU).



**Tabela 3 – Dados dos países da América Latina, 2000**

PAÍSES	MTI	EXV	NAT	ALF	AES	DSU	POB	YPP	YPR	PIB
ARG	18	73,1	19,1	96,8	8,83	15,1	24,7	15,4	37	7.282,90
BOL	62	63,8	30,5	85,4	5,58	7,5	60,6	9,2	37,2	952,70
BRA	32	69,3	19,2	86,9	4,88	7,1	36,5	10,1	47,1	4.327,70
CHI	10	76	18,2	95,8	7,55	9,2	20,6	13,8	40,3	5.792,70
COL	25	72,2	22,3	91,6	5,27	17,2	54,8	12,3	40,1	2.281,40
COR	10	77,3	21,5	95,6	6,05	5,3	20,6	15,3	29,4	3.698,90
EQU	25	70,8	23,2	91,6	6,41	14,1	61,3	14,1	36,6	1.433,70
ELS	34	69,4	27,7	78,4	5,15	6,5	49,9	13,8	32,1	1.756,80
GUA	44	64,2	36,6	68,5	3,49	3,8	60,1	14,3	39,1	1.562,40
HON	32	69,8	33,5	75	4,8	5,3	79,1	11,8	36,5	708,50
MEX	25	73,4	22,2	91,2	7,23	2,2	41,1	14,6	36,4	4.812,90
NIC	37	68	35,3	66,5	4,58	9,8	67,5	12,2	40,7	490,60
PAN	20	73,8	24,1	91,9	8,55	15,2	30	14,2	35,1	3.308,30
PAR	26	70,8	29,6	93,3	6,18	10	61,7	13,1	36,2	1.552,40
PER	40	69,8	23,3	89,9	7,58	8,5	48	13,4	36,5	2.341,80
RED	42	68,6	24,6	83,7	4,93	13,9	29,5	12	38,3	2.046,30
URU	15	75,2	16,9	97,6	7,56	13,6	10,2	21,6	27	5.826,40
VEN	20	73,3	22,8	92,5	6,64	13,9	48,8	14,6	31,4	3.090,70

Fonte: Organizados pelos autores a partir de dados da ALADI, WORLD BANK, CEPAL (BADEINSO), UNESCO (ONU). ALADI, WORLD BANK, CEPAL (BADEINSO), UNESCO (ONU).

#### 4 Análise e discussão dos resultados

Como resultado da metodologia aplicada neste estudo, mais especificamente através da análise dos componentes principais, obteve-se a formação dos fatores que agrupam as variáveis utilizadas, por sua maior correlação, para os anos de 1990 e 2000.

O valor da significância do teste de Bartlett, tanto para 1990 quanto para 2000, mostrou-se menor que 0,0001, o que permite confirmar a possibilidade e adequação do método de análise fatorial para a análise dos dados.

A medida de adequabilidade da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) calculada para essa análise foi de 0,528, superior ao valor 0,500, considerado adequado. O percentual explicado pelos três fatores foi de 84,85% da variância acumulada.

**Tabela 4 – Resultado da Análise dos Componentes Principais, 1990**

Variáveis	Componentes		
	1	2	3
MTI	-0.742	-0.375	-6,392E-02
EXV	0.796	0.380	9,345E-02
NAT	-0.949	-3,129E-02	-5,862E-02
ALF	0.835	0.382	1,000E-02
AES	0.719	0.350	0,123
DSU	5,259E-02	-6,341E-02	0,988
POB	-0.882	-0.223	-7,569E-02
YPP	0.327	0.884	-0,162
YPR	-0.156	-0.956	-3,702E-02
PIB	0.925	1,185E-02	-0,275

Fonte: Organizado pelos autores  
Método de extração: Análise dos componentes principais  
Método de rotação: Varimax

Para o ano de 1990, conforme Tabela 4, as variáveis foram agrupadas em três fatores, estando com maior nível de correlação e mesmo grupo que

o PIB per capita (PIB) as variáveis referentes à educação (analfabetismo e anos de estudo) e à saúde (mortalidade infantil, expectativa de vida e natalidade), além da medida de pobreza (POB), ou seja, entre os indicadores analisados, foram essas as variáveis, entre as escolhidas, que apresentaram maior correlação com o PIB.

O segundo fator foi formado pelas variáveis que servem como medida da distribuição de renda nos países latino-americanos: o percentual da renda dos 40% mais pobres (YPP) e dos 10% mais ricos (YPR) da região, que ao mesmo tempo, apresentam forte correlação. E o terceiro fator foi formado apenas pela variável desemprego urbano (DSU).

Na segunda análise, para o ano de 2000, apresentada na Tabela 5, formaram-se apenas dois grupos de variáveis, onde a única mudança que ocorre na sua formação, em relação à análise dos dados de 1990, é que passam a existir apenas dois fatores, sendo que o segundo continua formado pelas variáveis que medem a distribuição da renda, e o primeiro fator forma-se, além do grupo do primeiro fator da análise de 1990, pela variável desemprego urbano, que anteriormente fazia parte do terceiro fator daquela análise.

**Tabela 5 – Resultado da Análise dos Componentes Principais, 2000**

Variáveis	Componentes	
	1	2
MTI	-0.644	-0.552
EXV	0.724	0.553
NAT	-0.920	-0.192
ALF	0.832	9.277E-02
AES	0.761	0.326
DSU	0.537	-7,399E-02
POB	-0.721	-0.405
YPP	0.264	0.892
YPR	1.349E-03	-0.880
PIB	0.783	0.326

Fonte: Organizado pelos autores  
Método de Extração: Análise dos componentes principais  
Método de rotação: Varimax

A medida de adequacidade da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) calculada para essa análise foi de 0,667, também superior ao valor 0,500, considerado adequado. O percentual de variância acumulada, explicada pelos três fatores, foi de 73%.

Outro resultado dessa análise (Figuras 2 e 3) apresenta o sinal e a “amplitude” dessa correlação entre as variáveis, onde se considera como variável principal a ser analisada o PIB *per capita*.

Na Figura 2, pode-se observar, em relação às variáveis dos indicadores da saúde, que a mortalidade infantil (MTI) e a natalidade (NAT) apresentam uma correlação negativa com o PIB (-0,629 e -0,856, respectivamente), ou seja, na América Latina, os países que apresentam menores valores desses indicadores apresentam um PIB *per capita* mais elevado. Já a expectativa de vida (EXV), outra variável ligada à saúde, apresenta correlação positiva com o PIB, ou seja, nos países onde esse indicador for maior, maior PIB, em relação aos outros países.

Para os indicadores da educação, a correlação com o PIB *per capita* apresenta-se de forma positiva, tanto para a taxa de alfabetização (0,731) quanto para os anos de estudo (0,650). Dessa maneira, os países que apresentaram uma média maior de anos de estudo de sua população adulta e alfabetização dos maiores de quinze anos de idade, também em relação

aos outros países, aparecem com PIB *per capita* acima da média. O desemprego urbano (-0,195) e o indicador de pobreza (-0,831), em 1990, apresentam correlação negativa, significando que os países com maior desemprego e uma proporção maior de pobres apresentam um PIB *per capita* menor em relação aos outros países.

“ Apesar de os indicadores da distribuição de renda apresentarem correlação baixa em relação ao PIB per capita, observa-se que seu sinal é positivo com a renda dos 40% mais pobres (0,391)... ”

Apesar de os indicadores da distribuição de renda apresentarem correlação baixa em relação ao PIB *per capita*, observa-se que seu sinal é positivo com a renda dos 40% mais pobres (0,391) e negativo com a renda dos 10% mais ricos (-0,159), o que indica que os países com melhor distribuição de renda tendem a apresentar um maior PIB *per capita*.

Apesar de os indicadores da distribuição de renda apresentarem correlação baixa em relação ao PIB *per capita*, observa-se que seu sinal é positivo com a renda dos 40% mais pobres (0,391) e negativo com a renda dos 10% mais ricos (-0,159), o que indica que os países com melhor distribuição de renda tendem a apresentar um maior PIB *per capita*.

	MTI	EXV	NAT	ALF	AES	DSU	POB	YPP	YPR	PIB
MTI	1,000	-0,942	0,645	-0,686	-0,539	-0,049	0,643	-0,507	0,433	-0,629
EXV	-0,942	1,000	-0,711	0,733	0,651	0,069	-0,716	0,509	-0,466	0,658
NAT	0,645	-0,711	1,000	-0,815	-0,636	-0,117	0,896	-0,357	0,213	-0,856
ALF	-0,686	0,733	-0,815	1,000	0,806	0,018	-0,795	0,589	-0,492	0,731
AES	-0,539	0,651	-0,636	0,806	1,000	0,128	-0,604	0,531	-0,397	0,650
DSU	-0,049	0,069	-0,117	0,018	0,128	1,000	-0,132	-0,168	0,014	-0,195
POB	0,643	-0,716	0,896	-0,795	-0,604	-0,132	1,000	-0,503	0,410	-0,831
YPP	-0,507	0,509	-0,357	0,589	0,531	-0,168	-0,503	1,000	-0,861	0,391
YPR	0,433	-0,466	0,213	-0,492	-0,397	0,014	0,41	-0,861	1,000	-0,159
PIB	-0,629	0,658	-0,856	0,731	0,650	-0,195	-0,831	0,391	-0,159	1,000

Figura 2 – Matriz de Correlação entre as Variáveis Analisadas - 1990  
Fonte: Organizado pelos autores

	MTI	EXV	NAT	ALF	AES	DSU	POB	YPP	YPR	PIB
MTI	1,000	-0,948	0,644	-0,531	-0,561	-0,281	0,572	-0,626	0,354	-0,654
EXV	-0,948	1,000	-0,739	0,696	0,661	0,267	-0,66	0,599	-0,444	0,671
NAT	0,644	-0,739	1,000	-0,781	-0,673	-0,391	0,803	-0,43	0,169	-0,812
ALF	-0,531	0,696	-0,781	1,000	0,713	0,439	-0,492	0,203	-0,277	0,678
AES	-0,561	0,661	-0,673	0,713	1,000	0,391	-0,582	0,486	-0,351	0,692
DSU	-0,281	0,267	-0,391	0,439	0,391	1,000	-0,239	0,207	-0,082	0,173
POB	0,572	-0,66	0,803	-0,492	-0,582	-0,239	1,000	-0,569	0,296	-0,835
YPP	-0,626	0,599	-0,43	0,203	0,486	0,207	-0,569	1,000	-0,717	0,548
YPR	0,354	-0,444	0,169	-0,277	-0,351	-0,082	0,296	-0,717	1,000	-0,133
PIB	-0,654	0,671	-0,812	0,678	0,692	0,173	-0,835	0,548	-0,133	1,000

Figura 3 – Matriz de Correlação entre as Variáveis Analisadas - 2000

Fonte: Organizado pelos autores

Na Figura 3, que apresenta o resultado da análise para o ano de 2000, os resultados se alteram apenas em relação à sua correlação, no caso da variável desemprego urbano, que passa de negativo (-0,195) a ser positivo (0,173), ou seja, maior desemprego significando maior PIB *per capita*, mesmo que com correlação muito baixa nos dois anos, pode ser explicada pelo fato de que há uma tendência dênica “global” do aumento desse indicador combinado ao crescimento do PIB *per capita* e das demais variáveis.

### **Análise da relação entre o crescimento das variáveis do desenvolvimento social e do PIB *per capita***

Deve-se considerar para a análise do crescimento dessas variáveis, entre os anos 1990 e 2000, que um aumento percentual, comparativamente, pode ser significativo para um país que tenha um indicador com valor menor relativo a outro país com um valor maior, ou seja,

tendem a apresentar variações maiores os países onde o indicador for menor no primeiro período da análise. Mesmo assim, entre os países onde o PIB *per capita* mais cresceu, conforme Figura 4, podem-se identificar alguns dos determinantes considerados como parte do desenvolvimento social na América Latina.

O Chile, país onde ocorreu o maior aumento do PIB *per capita*, mesmo já estando entre os principais países desde o início da década, em relação ao próprio PIB, também com os menores índices de mortalidade infantil, natalidade e pobreza, e com os melhores no que diz respeito à expectativa de vida, alfabetização e anos de estudo, entre 1990 e 2000, foi o país onde mais se reduziu a mortalidade infantil e a pobreza, e ainda esteve acima da média entre os países que reduziram a desigualdade da renda. Ou seja, além de aumentar a renda dos 40% mais pobres, também reduziu a parcela da renda dos 10% mais ricos. Além disso, apresenta um dos maiores gas-

tos públicos sociais *per capita* e em relação ao gasto público total do país.

A República Dominicana, mesmo não estando entre os países com maior PIB *per capita* (US\$ 2.046,30), foi o segundo em crescimento entre 1990 e 2000, e o que contribuiu para essa maior variação foi o país ter apresentado um dos maiores aumentos na alfabetização, e assim o desemprego urbano se reduziu, sendo o quarto na redução da pobreza e aparece, assim como o Chile, acima da média entre os países que reduziram a desigualdade da renda.

O terceiro país com maior crescimento do PIB *per capita* foi a Argentina, que, mesmo não tendo uma melhora considerável dos indicadores do desenvolvimento social, no período entre 1990 e 2000, já no início da década se apresentava entre os primeiros países tanto na saúde e educação quanto na baixa parcela da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Também aparece entre os países com gastos sociais públicos altos.



	PIB	MTI	EXV	NAT	ALF	AES	DSU	POB	YPP	YPR
1	CHI	CHI	BOL	PER	GUA	VEN	GUA	CHI	COL	HON
2	RED	EQU	COL	EQU	HON	NIC	ELS	URU	GUA	URU
3	ARG	BRA	PER	MEX	BOL	PER	HON	PAN	NIC	COL
4	PAN	MEX	BRA	COL	ELS	BRA	RED	RED	HON	GUA
5	ELS	HON	ELS	VEN	NIC	ELS	PAN	BRA	URU	BOL
6	PER	PER	PAR	CHI	BRA	GUA	MEX	COR	PAN	ELS
7	COR	NIC	HON	BOL	RED	HON	COR	ELS	BRA	RED
8	URU	BOL	URU	BRA	PER	COL	PER	PER	RED	CHI
9	MEX	COR	EQU	PAR	EQU	BOL	BOL	MEX	CHI	MEX
10	GUA	ARG	NIC	COR	MEX	RED	CHI	ARG	ARG	PAN
11	BOL	GUA	MEX	HON	VEN	COR	NIC	GUA	PER	NIC
12	BRA	ELS	GUA	RED	COL	EQU	VEN	NIC	MEX	ARG
13	NIC	PAN	RED	ARG	PAR	ARG	PAR	BOL	COR	BRA
14	COL	URU	CHI	URU	PAN	CHI	URU	COL	ELS	VEN
15	HON	RED	VEN	NIC	CHI	MEX	COL	PAR	VEN	PER
16	VEN	COL	COR	ELS	COR	URU	BRA	HON	EQU	COR
17	EQU	PAR	ARG	GUA	ARG	PAN	ARG	EQU	BOL	EQU
18	PAR	VEN	PAN	PAN	URU	PAR	EQU	VEN	PAR	PAR

Figura 4 – Classificação pelo crescimento das variáveis do desenvolvimento social e do PIB per capita, 1990 - 2000  
Fonte: Organizado pelos autores

O Panamá, quarto país em crescimento do PIB *per capita*, entre 1990 e 2000, já apresentava indicadores de saúde e educação relativamente bons para a América Latina. O desemprego urbano caiu, diminuiu o percentual de pobreza e aumentou, nesse período, a renda dos 40% mais pobres do país. Apresenta, ainda, um dos maiores gastos públicos sociais em relação ao PIB do país.

Em quinto no crescimento aparece El Salvador, que melhora todos os indicadores da saúde, aparecendo entre os que obtiveram os maiores aumentos dos indicadores da educação. Foi o segundo na redução do desemprego urbano, o terceiro no crescimento da alfabetização e quinto na média de anos de estudo e sétimo na redução da pobreza, e ainda entre os primeiros na redução da desigualdade de renda. Todavia, está entre os últimos no que se refere aos gastos públicos sociais dos países.

O Peru, sexto no crescimento do PIB *per capita*, entre 1990 e 2000, destacou-se por ter apresentado melho-

ras consideráveis na saúde, principalmente na redução da natalidade infantil, quando teve o melhor desempenho entre os países estudados. Melhorou ainda os indicadores da educação, tendo o terceiro maior crescimento na média dos anos de estudo de sua população.

A Costa Rica melhorou, principalmente, os indicadores de mortalidade infantil e pobreza, e é o sétimo país em crescimento do PIB *per capita*. Já apresentava bons indicadores desde o começo da década, sendo um dos melhores em relação aos indicadores de mortalidade infantil, expectativa de vida, pobreza e distribuição de renda, além de um baixo desemprego urbano e alta alfabetização de sua população.

O próximo com maior crescimento do PIB *per capita* é o Uruguai, que, assim como a Costa Rica, já apresentava bons indicadores desde o começo da década. Melhorou, ainda, muito em relação à distribuição de renda, sendo também o segundo a apresentar maior redução da pobreza entre 1990 e 2000.

Depois desses oito países, os indicadores do PIB *per capita* crescem também nos seguintes países: no México, com reduções consideráveis da mortalidade infantil, da natalidade e do desemprego urbano; na Guatemala, com uma forte redução do desemprego urbano, aumentando a média de anos de estudo e da alfabetização, além de uma das maiores reduções da desigualdade de renda entre as parcelas dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos; na Bolívia, na melhora dos indicadores de saúde, destaca-se o maior aumento, entre os países, na expectativa de vida e também é o segundo em aumento da alfabetização; no Brasil, que aparece em 12º com melhoras consideráveis em todos os indicadores de saúde e educação e também na redução da pobreza; e com crescimentos menores aparecem, nesta ordem, a Nicarágua, a Colômbia, Honduras e Venezuela.

Por fim, com crescimentos negativos, ou reduções no PIB *per capita*, entre 1990 e 2000, aparecem o Equa-

dor, que, mesmo apresentando melhoras nos indicadores de saúde e educação, foi o país onde houve a menor redução da pobreza, o maior aumento do desemprego urbano e o segundo maior aumento da desigualdade de renda; e o Paraguai, com pequenas melhoras na educação e na saúde e com grande aumento no desemprego urbano e na distribuição da renda, sendo o país que mais elevou essa desigualdade.

## 5 Conclusões

Sabe-se da importância do crescimento econômico para o desenvolvimento social, o que pode ocorrer de diversas formas, entre as quais se destacam a geração direta de renda por meio do emprego e a receita que financia o gasto social público. Sabe-se também que existe uma série de fatores que determinam o crescimento econômico, entre esses, pode-se citar a taxa de juros, a inflação, o comércio, o investimento, entre outros. Porém, como resposta ao principal objetivo deste trabalho, pode-se concluir que não há dúvida da relação direta, ou seja, da importância que o desenvolvimento social exerce sobre a capacidade dos países crescerem, tanto pelo que foi apresentado em relação ao que se tem sobre o tema, na forma teórica e por outros estudos que fizeram parte da revisão da literatura, quanto pelos dados que se pode analisar.

Isso se comprova no momento em que, na análise através da metodologia de "agrupamento de variáveis", apresentam forte correlação, junto ao PIB *per capita*, variáveis como expectativa de vida, alfabetismo, anos médios de estudo e renda da parcela dos 40% mais pobres, correlacionando-se positivamente, e variáveis como mortalidade infantil, natalidade, pobreza e renda da parcela dos 10% mais ricos, correlacionando-se negativamente, tanto para o ano 1990 quanto para o ano 2000.

Também contribui para isso a constatação da análise descritiva dos dados em que se confirma a for-

mação de três grupos de países, destacando-se, na classificação, o Uruguai, a Costa Rica, o Chile e a Argentina, por manterem-se entre as primeiras posições na grande maioria das variáveis analisadas, ou seja, bons níveis de gasto social público, de indicadores de desenvolvimento social e melhores entre os países pelo seu PIB per capita, formando um primeiro grupo; um outro grupo é formado pela maioria dos países, incluindo Brasil e México, que, mesmo estando entre os que tem maiores PIB per capita, entre as outras variáveis, distribuem-se de forma variada em termos de classificação, tanto dos indicadores desse desenvolvimento quanto do gasto social público; e no terceiro grupo de países, os quais se mantêm entre as últimas posições na grande maioria das variáveis que determinam o desenvolvimento social e os gastos sociais públicos, estariam Honduras, Nicarágua, Bolívia e Guatemala. Classificação essa, que se confirma, em ordem muito semelhante, pelo Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Com relação ao desemprego urbano, na sua análise apresentou correlação negativa em 1990, e em 2000, positiva, porém baixa nas duas análises, o que pode levar a argumentar que, com a melhoria de quase a totalidade dos outros indicadores, como o caso da educação e da saúde, aumentou a qualificação da mão de obra em grande parte dos países latino-americanos e, acompanhado pela evolução da expansão tecnológica junto com o coincidente período de "globalização", tenha levado a um aumento da produtividade do trabalho. Ainda contribui para esse argumento que, no período entre 1990 e 2000, alguns países que relativamente apresentavam, em 1990, uma certa qualificação de sua mão de obra aumentaram seu desemprego urbano, casos de Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela, enquanto que outros

países que apresentavam piores indicadores, com a melhora desses, reduziram seu desemprego urbano, casos de Honduras, Guatemala e El Salvador.

Entre os países que tiveram maior crescimento do PIB *per capita*, as variáveis sociais que mais se destacam pelos seus indicadores, citando apenas os quatro maiores aumentos, foram: a) no caso do Chile, por destacar-se tanto pelos melhores indicadores de saúde, educação e menor pobreza, quanto pelos gastos sociais públicos; b) no caso da República Dominicana, que foi um dos países que mais aumentou sua alfabetização e reduziu o desemprego urbano consideravelmente, assim como a pobreza, aparecendo entre os países que mais reduziram a desigualdade de renda; c) no caso da Argentina, aparecia já no início da década entre os principais países que se destacavam pelos bons indicadores de saúde e educação, assim como pela baixa parcela da população vivendo abaixo da linha da pobreza e também aparece entre os países com gastos sociais públicos altos; e d), no caso do Panamá, já apresentava indicadores de saúde e educação relativamente bons, queda no desemprego urbano, diminuição no percentual de pobreza e aumento da renda dos 40% mais pobres, além de ter um dos maiores gastos sociais públicos em relação ao seu PIB.

A partir desses resultados, percebe-se claramente o aumento da renda disponível para camadas mais pobres da população, tanto pelo aumento da renda dos 40% mais pobres quanto pela redução do percentual de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, onde fica evidente o efeito do crescimento do PIB *per capita* sobre essas variáveis. Porém, por esses países também terem se destacado pelos bons indicadores de educação e saúde, também fica evidente o ganho de produtividade, conforme já considerado ao se tratar das teorias e de outras evidências sobre o tema.

Além de que, indicando uma privação de consumo, esse ganho de renda levaria diretamente ao seu aumento por essas pessoas, que estão com suas necessidades mínimas reprimidas.

Com isso, identifica-se o consumo como um dos principais caminhos do efeito do desenvolvimento social sobre o crescimento econômico, porém, como se sabe, para que ocorra aumento da produção, é importante que nesse caso exista infraestrutura, capacidade ociosa, além do aumento da poupança interna que, através do investimento, possibilitaria aumentos na capacidade produtiva e uma série de outras condições, pois, em caso contrário, o pleno emprego levaria a uma elevação generalizada dos preços, a inflação, que poderia reduzir o poder de compra a quantidades menores que antes.

Outra conclusão importante do presente estudo diz respeito ao gasto social público, porque, apesar de ser uma das principais maneiras de se melhorar o desenvolvimento social, percebe-se, na América Latina, que países que de modo geral não apresentam bons indicadores sociais aplicam apenas em torno de 1/3 de seus gastos públicos em gastos sociais, casos do Equador, de El Salvador, da Colômbia, da Venezuela, da Nicarágua e de Honduras, enquanto que países como o Uruguai, o Chile e a Argentina que, relativamente, apresentam bons indicadores sociais e investem em torno de 2/3 dos gastos públicos em gastos sociais. Daí uma das importâncias de estudos nessa área, de como se determinam as prioridades dos gastos públicos, pois poderia se deixar de pensar em gasto social apenas como um custo ou uma forma assistencial, ou ainda compensatória a outros tipos de políticas e se passaria a pensar como uma espécie de investimento ou pelo menos com intenção clara de elevar o bem-estar da população.

Por fim, com as enormes diferenças econômicas e sociais que exis-

tem entre os países latino-americanos, poderia se pensar de forma mais objetiva em iniciativas como do Mercosul, de harmonização da metodologia das estatísticas, pois uma das maiores dificuldades para esse tipo de estudo está na metodologia diversificada e nas diferentes abrangências territoriais das pesquisas, além da falta de periodicidade, o que contribuiria para que mais estudos viessem a indicar caminhos e também se pensar em políticas públicas e objetivos comuns, de forma integrada, buscando o desenvolvimento, em todos os sentidos da palavra.

### Referências

ALADI. **Associação Latino-Americana de Integração**. Disponível em: <[www.aladi.org](http://www.aladi.org)>. Acesso em: 10 mar., 2010

BADEINSO. Base de Estadísticas e Indicadores Sociales. **CEPAL**. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/badeinso/>>. Acesso em: 20 ago., 2010.

BADESTAT. Base de Dados Estatísticos. **CEPAL**. Disponível em: <[www.eclac.cl/badestat/](http://www.eclac.cl/badestat/)>. Acesso em: 10 mar., 2010.

\_\_\_\_\_. A informalidade na América Latina contemporânea: Argentina, Brasil e México. In: **Anais. Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo**. Buenos Aires, 17-20 maio 2000. Disponível em: <<http://www.alast.org>> Acesso em: 30 out., 2009.

CASTRO JÚNIOR, O. A. Breves Considerações Sobre o Direito e Desenvolvimento e sua Relevância para a Consolidação da Justiça Social e da Cidadania no Brasil. **Direitos Humanos - O Judiciário e os Tratados Internacionais Sobre Direitos Humanos**. Janeiro de 2004. Disponível em: <[http://www.cadireito.cesusc.com.br/direitos\\_humanos/desenvolvimento\\_cidadania.htm](http://www.cadireito.cesusc.com.br/direitos_humanos/desenvolvimento_cidadania.htm)>. Acesso em 20 dez., 2009.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**, Santiago de Chile. 1997.

\_\_\_\_\_. **Panorama Social de América Latina**, Santiago de Chile. 2000.

\_\_\_\_\_. La brecha de la equidad: América Latina, el Caribe y la Cumbre Social **Publicación de las Naciones Unidas**. Santiago de Chile. 1997.

\_\_\_\_\_. Equidad, desarrollo y ciudadanía. **Globalización e Desenvolvimento Social**. Santiago de Chile. 2000.

FLEURY, S. Iniquidades nas políticas de saúde: o caso da América Latina. **Rev. Saúde Pública**. jun. 1995, vol.29, no.3 p.243-250. São Paulo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101995000300013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000300013&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 10 jan., 2011.

FONTES, M. Social não é gasto nem custo, é investimento. **John Snow do Brasil**. 2001. Disponível em: <[http://www.socialtec.org.br/Downloads/InvestimentoSocial/Miguel\\_Fontes\\_NemGastoNemCustoInvestimento.doc](http://www.socialtec.org.br/Downloads/InvestimentoSocial/Miguel_Fontes_NemGastoNemCustoInvestimento.doc)> Acesso em: 25 out., 2009.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GONTIJO, C., AGUIRRE, A. Elementos para uma tipologia do uso do solo agrícola no Brasil: uma aplicação de análise fatorial. **Revista Brasileira de Economia**, v. 42, n. 1, p. 13-49, jan./mar. 1988.

HOFFMANN, R. **Distribuição da Renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo. EDUSP, 1998.

\_\_\_\_\_. Componentes principais e análise fatorial. **Série Didática**. Piracicaba: ESALQ/USP/DEAS, n. 90, 4 ed. 1999.

LEMOS, A.; JIMÉNEZ, R. A. F. Distribuição de renda, pobreza e desenvolvimento no Brasil. Santa Cruz do Sul. **Estudos do Cepe**, n. 9/10, p. 7-27, jan./fev. 1999.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portuguese/region/ampro/brasilia/>> . Acesso em: 20 set., 2010.

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <[www.onu-brasil.org.br/](http://www.onu-brasil.org.br/)> . Acesso em: 29 nov., 2010.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home/>> Acesso em: 15 abril, 2009.

RANIS, G.; STEWART, F. Crecimiento Economico y Desarrollo Humano en America Latina. **Revisita de La CEPAL 78**. Dezembro, 2002. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/Secretaria Ejecu->

[tiva/7/LCG21\\_87PE/lcg2187e\\_Ranis.pdf](http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd41_18.pdf). Acesso em: 10 de nov., de 2010.

**RELATÓRIO DO COMITÊ ASSESSOR DE PESQUISAS EM SAÚDE (CAIS)**. Apresentado na XXXIV Reunião do D.C. Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, 41º conselho diretor, San Juan, Porto Rico, 27 setembro a 1 outubro 1999. Disponível em: <[http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd41\\_18.pdf](http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd41_18.pdf)>. Acesso em: 30 ago., 2008.

**RELATÓRIO DO COMITÊ ASSESSOR DE PESQUISAS EM SAÚDE (CAIS)**. Saúde Infantil. Apresentado na XXXIV Reunião do D.C. Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, 42º conselho diretor, Washington, Estados Unidos, 25 a 29 de setembro de 2000. Disponível em: <[http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd42\\_29-p.pdf](http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd42_29-p.pdf)>. Acesso em 13 ago., 2007.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Glossário da Pobreza e Desenvolvimento Humano**, 1997. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/Hdr97/rdh7.htm>>. Acesso em: 18 set., 2009.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura**. Disponível em: <[www.unesco.org.br/](http://www.unesco.org.br/)>. Acesso em 19 dez., 2006.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância**. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>> Acesso em: 27 set., 2007.

WORLD BANK. **Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.worldbank.com>> Acesso em: 30 out., 2009.

\_\_\_\_\_. **Poverty in the World**. Washington, 2002. Disponível em: <<http://www.worldbank.com>> Acesso em: 20 de jul., 2010.



**UNIFACS**

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

[www.unifacs.br](http://www.unifacs.br)  
Tel.: (71) 3273-8528

Programa em Sistemas e Computação  
(Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional)

Programa em Administração  
(Mestrado em Administração)